

Parlamentar acha justo o aumento

As lideranças partidárias — exceto as de esquerda — acharam perfeitamente natural o Congresso Nacional ter aprovado na madrugada de ontem um decreto legislativo regulamentando a remuneração e o subsídio dos parlamentares, enquanto o Executivo decretava o salário mínimo, que é atribuição de deputados e senadores fixarem. O líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), chegou a ironizar a atitude das esquerdas, que se recusaram a dar **quorum** para a votação, distribuindo um abaixo-assinado pedindo que eles abrissem mão dos seus vencimentos.

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Câmara, se fez de desentendido. Disse que só tomou conhecimento da questão

ontem, mas considerava que a votação do subsídio dos parlamentares e o salário mínimo são proposições diferentes e não podiam ser condicionados para votação, como queria a esquerda. O líder do seu partido, deputado Ibsen Pinheiro (RS), afirmou que acha lamentável que se discuta com muita freqüência a remuneração dos parlamentares como se fosse matéria escusa, a ser vinculadas com outras proposições. Ao ser indagado se não ficaria mal politicamente os parlamentares aprovarem a regulamentação e o aumento de seus vencimentos enquanto se negavam a discutir o salário mínimo, o deputado se esquivou de responder.

Rebeldia

Durante a votação da madru-

gada de ontem, o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), chegou a retardar a sessão por duas horas, dando tempo para que sua assessoria localizasse os senadores que não estavam no plenário como Albando Franco (PMDB-SE), Álvaro Pacheco (PFL-PE), Mauro Benevides (PMDB-CE) e Alfredo Campos (PMDB-MG), que chegaram depois e deram **quorum** para a aprovação do decreto legislativo que concedia o aumento a 01h00 de ontem.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que liderou a rebelião da esquerda contra a atitude da maioria dos parlamentares, disse que a aprovação da remuneração dos deputados e senadores e a não apreciação do salário mínimo foi uma “imoralidade”.